

ATTACK ORIGINS

#	FLAG	COUNTRY
739		China
517		Japan
401		United States
258		Poland
94		Russia
90		Saudi Arabia
87		Germany
41		Mil/Gov
30		Sweden
26		Singapore



LIVE ATTACKS

TIMESTAMP	ATTACKER ORGANIZATION	LOCATION	IP	TARGET LOCATION	TYP
2015-03-23 02:56:41.07	China United Network	Beijing, China	61.240.144.64	Kirksville, United States	rfb
2			61.240.144.64	Kirksville, United States	rfb
2			61.240.144.64	Seattle, United States	rfb
2			61.240.144.64	Seattle, United States	rfb
2			61.240.144.64	Kirksville, United States	rfb
2					s net
2					is rfb
2					is rfb

Geoeconomia

Cel (Res) John F. Troxell, Exército dos EUA

Nota do Editor: Quando a Military Review pediu que o Cel John Troxell, do Army War College, fizesse uma resenha do livro War by Other Means: Geoeconomics and Statecraft, dos ilustres acadêmicos Robert Blackwill e Jennifer Harris, a intenção era publicar um ensaio avaliando os méritos e a relevância do livro. O projeto evoluiu, porém, passando de mera resenha a uma análise extensa e detalhada, que se expandiu como uma espécie de "variação sobre um tema" quanto às questões atuais abordadas no livro. Assim, a Military Review em inglês iniciou sua edição de janeiro-fevereiro de 2018 com este artigo híbrido: parte resenha, parte pesquisa independente. O artigo faz-se especialmente relevante, uma vez que sua publicação praticamente coincide com a da nova

Estratégia Nacional dos EUA, que identifica a China e a Rússia como os grandes potenciais rivais, e ocorre imediatamente após o debate sobre mudanças na natureza da guerra, sendo conduzido nos mais altos escalões da estrutura de defesa russa. (Veja Gen Valery Gerasimov, Chief of the General Staff of the Russian Federation Armed Forces, "The Value of Science is in the Foresight: New Challenges Demand Rethinking the Forms and Methods of Carrying out Combat Operations", Military Review 96, no. 1 [January-February 2016]: p. 23-29). [O artigo traduzido, intitulado "O Valor da Ciência está na Previsão: Novos Desafios Exigem Repensar as Formas e Métodos de Conduzir as Operações de Combate", foi publicado na edição brasileira de março-abril de 2016 — N. do T.]



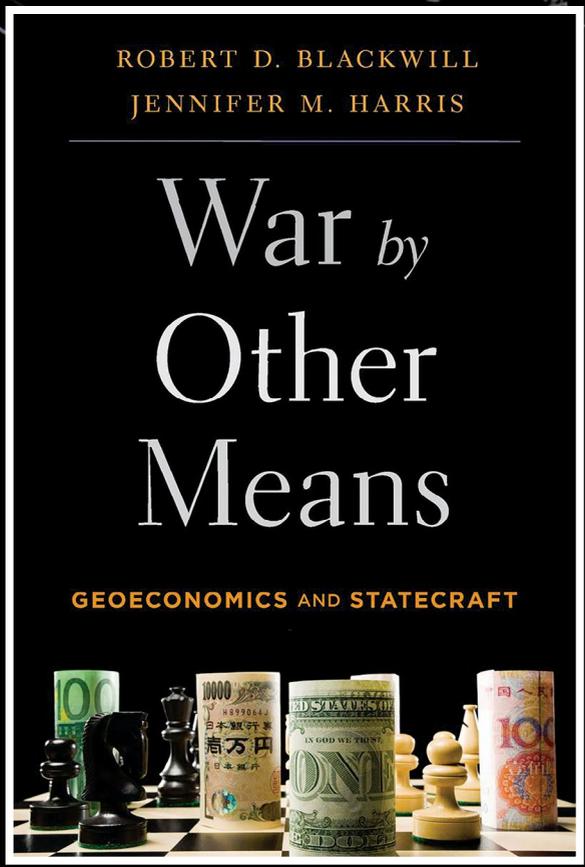
ATTACK TARGETS

#	FLAG	COUNTRY
2060		United States
184		Philippines
115		Russia
111		Saudi Arabia
67		Taiwan
28		Hong Kong
23		France
22		Cyprus
3		Mil/Gov
2		Austria

ATTACK TYPES

#	SERVICE	PORT
534	ssh	22
338	ms-wbt-server	3389
166	rfb	5900
153	telnet	23
125	domain	53
98	ddi-udp-1	8888
93	ms-sql-s	1433
75	netbios-dgm	138

SERVICE	PORT
	5900
	5900
	5900
	5900
	5900
netbios-ns	137
	5900
	5900



ROBERT D. BLACKWILL
JENNIFER M. HARRIS

War by Other Means

GEOECONOMICS AND STATECRAFT



Acima: Captura de tela do site Norse — que monitora, em tempo real, esforços globais de hackers para entrar em bancos de dados internacionais — destaca o conflito cibernético entre a China e os Estados Unidos. Hackers baseados na China têm a liderança mundial em número de ataques contra outras nações, incluindo os EUA, que é o alvo mais frequente de ataques na internet. A grande maioria desses ataques visam instituições econômicas e financeiras, firmas de desenvolvimento tecnológico e departamentos de administração governamentais. (Foto cedida por Norse, <http://www.norse-corp.com/>)

À esquerda: War by Other Means: Geoeconomics and Statecraft, Robert D. Blackwill e Jennifer M. Harris, Harvard University Press, Cambridge, Massachusetts, 2017, 384 páginas.

A habilidade suprema não consiste em ganhar cem batalhas, mas sim em vencer o inimigo sem combater.

—Sun Tzu*

Alguns anos atrás, em um depoimento perante o Comitê de Relações Exteriores do Senado, Henry Kissinger ressaltou a frustração que os Estados Unidos da América (EUA) sentem. Apesar de possuírem a maior e mais vibrante economia do mundo e a melhor e mais capaz estrutura militar, o atual ambiente de segurança internacional é mais preocupante do que nunca. “Os EUA se veem em uma situação paradoxal. Segundo qualquer padrão de capacidade nacional, estamos em posição de alcançar nossos objetivos e influenciar os assuntos internacionais. Contudo, ao olharmos ao redor do mundo, encontramos distúrbios e conflitos. Os EUA não enfrentam um conjunto de crises tão variado e complexo desde o final da Segunda Guerra Mundial”¹.

Há apenas alguns meses, o Secretário de Defesa James Mattis ecoou a assertiva de que a situação de segurança global vem piorando: “Nosso desafio é caracterizado por um declínio da antiga ordem internacional baseada em regras, trazendo consigo um ambiente de segurança mais volátil do que qualquer um dos que eu vivenciei em minhas quatro décadas de serviço militar”². Algo que agrava essa preocupação é o fato de que grande parte do desafio geopolítico que aflige os EUA é facilitada por esforços e métodos fora dos tradicionais domínios político e militar da competição geopolítica.

Entre os domínios que afetam a competição geopolítica, os que mais se destacam são os da informação, ciberespaço e economia. Um relatório de 2017 da entidade Center for American Progress enfoca a transformação da informação em arma, afirmando: “As democracias liberais em todo o mundo estão sob ataque. Estão sendo atacadas não com as tradicionais armas da guerra, mas com a desinformação — informações intencionalmente falsas ou enganosas, destinadas a enganar os públicos-alvo”³. O sistema político norte-americano continua alvoroçado por causa da suposta campanha de desinformação russa em

conexão com a eleição de 2016⁴. O ciberespaço representa um domínio ainda mais ameaçador. O ex-Secretário de Defesa Leon Panetta advertiu sobre a possibilidade de um “Pearl Harbor cibernético” que chocaria e paralisaria a nação⁵. O Diretor de Inteligência Nacional Dan Coats, em seu depoimento perante o Senado em 2017, citou o ciberespaço como principal ameaça global, declarando: “Nossos adversários estão se tornando mais hábeis em empregar o ciberespaço para ameaçar nossos interesses e promover os deles, e, apesar de defesas cibernéticas cada vez melhores, quase todas as informações, redes de comunicações e sistemas estarão em risco durante anos”⁶.

Por fim, os EUA estão enfrentando as consequências de uma mudança radical do poder econômico relativo. A ascensão da China desde as reformas iniciais de Deng Xiaoping foi algo sem precedentes. A publicação *The Economist* chamou-a de “explosão mais dinâmica de criação de riqueza na história da humanidade”⁷. A China se converteu no país número um em manufatura e comércio, e seu produto interno bruto é o segundo maior do mundo — o maior, se mensurado pela paridade do poder de compra⁸. Esse deslocamento econômico de poder tem se tornado ainda mais ameaçador para os EUA à luz da grande crise financeira de 2008. A recuperação após a crise tem sido lenta e constante, mas o dano feito às percepções diminuiu muito a eficácia do poder relacional dos EUA — a capacidade de comandar ou cooptar⁹. A China, por outro lado, tem tirado grande proveito das novas circunstâncias, sendo descrita como “principal praticante da geoeconomia” e “mestre” no novo jogo econômico¹⁰.

A guerra de informação, guerra cibernética e competição econômica internacional não são necessariamente novas abordagens ou métodos para os Estados buscarem objetivos de segurança nacional, mas o contexto em que estão sendo aplicadas e a importância que assumiram são algo significativamente novo. As conexões das tecnologias de informação e comunicação e das mídias sociais e a economia mais plenamente integrada e globalizada, aliadas ao desejo de evitar o atual poder militar assimétrico norte-americano, têm canalizado para esses domínios não tradicionais uma oposição revisionista e rejeicionista à ordem internacional baseada em regras apoiada pelos EUA.

Os que desafiam a ordem existente levaram Sun Tzu a sério e estão tentando vencer sem combater.

[*O trecho traduzido foi extraído de Sun Tzu, *A Arte da Guerra: Os Treze Capítulos Originais*, tradução de André da Silva Bueno, São Paulo: Jardim dos Livros, 2010. — N. do T.]

Estão operando na hoje conhecida “área cinzenta”: “o espaço incômodo entre as concepções tradicionais de guerra e paz”¹¹.

Vem sendo feito um grande esforço para analisar e possivelmente neutralizar o impacto das operações de informação e operações cibernéticas, mas, segundo Robert Blackwill e Jennifer Harris em seu livro *War by Other Means: Geoeconomics and Statecraft*, de 2016, os EUA, por uma “falha em larga escala da memória estratégica coletiva,” têm permitido que as condições geoeconômicas globais se voltem perigosamente contra o país e, “a menos que isso seja corrigido, o preço em vidas e recursos para os EUA só vai aumentar”¹². Os autores afirmam, ainda, que “mais e mais Estados estão conduzindo a geopolítica com o capital, buscando, com ‘talões de cheques’ [fundos] soberanos e outras ferramentas econômicas, alcançar objetivos estratégicos que, no passado, eram frequentemente objetos de coação ou conquista militar”¹³. A perda de memória dos EUA e a maior disposição das potências em ascensão a utilizar instrumentos econômicos para alcançar fins geopolíticos significam que os EUA precisam repensar e “reorientar sua política externa para obter êxito em uma época definida, significativamente, pela projeção de poder econômico”¹⁴.

Independentemente de como o leitor responda ao argumento deste ensaio, todos os profissionais de segurança nacional devem ler *War by Other Means*. Como observa Henry Kissinger, na contracapa: “Robert Blackwill e Jennifer Harris fazem um favor aos formuladores de políticas ao lembrá-los da importância das ferramentas geoeconômicas. Em um mundo cada vez mais afetado pelo poder econômico, sua análise merece uma cuidadosa consideração”¹⁵. Um incentivo final para que os leitores ampliem seu entendimento do nexos entre economia e segurança nacional é fornecido por Leslie Gelb:

Atualmente, a maioria das nações bate os tambores da política externa predominantemente segundo os ritmos econômicos, mas os EUA nem tanto. A maioria das nações define seus interesses principalmente em termos econômicos e negociam, na maior parte, em poder econômico, mas os EUA nem tanto. A maioria das nações adaptou suas estratégias de segurança nacional para se concentrar na segurança econômica, mas os EUA nem

tanto. Washington continua a pensar sobre sua segurança principalmente em termos militares tradicionais, respondendo a ameaças com meios militares. O desafio central para Washington é, então, recompor sua política externa com um tema econômico, ao mesmo tempo que combate ameaças de formas novas e criativas¹⁶.

Os EUA devem se concentrar na oportunidade conferida por uma economia global cada vez mais interconectada, regida por instituições e conjuntos de regras que nós criamos e na qual os pontos fortes econômicos inerentes aos EUA representam a melhor cartada¹⁷.

Blackwill e Harris abordam quatro questões em sua análise, destinadas a melhorar o entendimento e a reflexão sobre a geoeconomia:

1. O que é geoeconomia e por que ela vem crescendo em importância?
2. Quais são os instrumentos da geoeconomia?
3. Como a China e os EUA vêm se desempenhando nesse domínio da geoeconomia?
4. Qual seria uma estratégia geoeconômica mais eficaz para os EUA?¹⁸

Este trabalho aprofundará a resposta deles à primeira questão; destacará alguns pontos relevantes sobre seu tratamento bastante detalhado dos instrumentos geoeconômicos; resumirá a análise sobre a habilidade geoeconômica da China, com algumas ressalvas, discordando com a crítica dos autores em relação ao desempenho geoeconômico dos EUA; e, por fim, contestará as considerações finais sobre estratégia geoeconômica por eles apresentadas.

O Que é a Geoeconomia?

Antes de nos concentrarmos em “o quê”, vale considerar, brevemente, por que o conceito vem crescendo em importância. A mudança de ênfase

O Cel John F. Troxell, da reserva remunerada do Exército dos EUA, é professor e pesquisador de Segurança Nacional e Estratégia Militar junto ao Strategic Studies Institute, U.S. Army War College. Concluiu o bacharelado pela Academia Militar dos EUA e o mestrado pela Woodrow Wilson School, Princeton University. Concluiu, também, o curso do U.S. Army War College em 1997. Foi autor de capítulos de vários livros, além de artigos nas revistas *Parameters*, *Military Review* e junto ao Strategic Studies Institute.

começou quando a Guerra Fria estava chegando ao fim. Naquela época, Edward Luttwark comentava a importância cada vez menor do poder militar, observando que “os métodos comerciais estavam suplantando os métodos militares — com o capital disponível em lugar do poder de fogo, a inovação civil em lugar de avanços técnicos militares e a penetração de mercado em lugar de quartéis e bases”¹⁹. Alguns anos depois, Samuel Huntington afirmou que era preciso destacar as considerações econômicas nas relações interestatais: “A atividade econômica [...] é, com efeito, provavelmente a mais importante fonte de poder e, em um mundo em que o conflito militar entre grandes Estados é algo improvável, o poder econômico será cada vez mais importante para determinar a primazia ou subordinação dos Estados”²⁰. A ênfase no poder econômico é ainda mais prevalente com as atuais potências em ascensão, conforme observaram Blackwill e Harris: “As atuais potências em ascensão estão cada vez mais interessadas em instrumentos econômicos como principais meios de projetar influência e conduzir o combate geopolítico no século XXI”²¹. O primeiro fator responsável pela crescente tendência de se concentrar em instrumentos econômicos é a pouca promissora alternativa de desafiar a primazia militar norte-americana: “A lógica de desafiar os EUA em uma guerra de grande vulto está ficando cada vez mais remota”²². Os autores observam os céticos quanto a esse ponto e reconhecem o programa de modernização militar em curso da China e o desafio da Rússia na “área cinzenta”, concluindo, entretanto, que “nenhum deles sequer está tentando desafiar a primazia militar norte-americana de uma maneira abrangente”²³.

Um segundo fator é o fato de que muitos Estados em ascensão adotaram graus de capitalismo estatal e, assim, contam com os meios econômicos à sua disposição para buscar objetivos geopolíticos e contestar certos aspectos do sistema internacional existente. O capitalismo estatal representa uma estrutura econômica híbrida em que grandes segmentos da economia são controlados pelo Estado, mas operam lado a lado com um setor privado predominantemente voltado ao mercado. A China é a principal praticante e, segundo a publicação *The Economist*, os chineses “acreditam ter redesenhado o capitalismo para fazê-lo funcionar melhor, e um crescente número de dirigentes dos países emergentes concordam com eles”²⁴. O controle estatal é exercido por meio de

companhias nacionais de petróleo e gás, empresas estatais (*state-owned enterprises — SOE*), “campeãs nacionais” patrocinadas pelo Estado, fundos soberanos e bancos estatais. Ao contrário dos Estados que operam com um significativo componente estatal da economia, grande parte do poder econômico ocidental é detido pela iniciativa privada. Os cálculos de lucro e prejuízo do setor privado, por se basearem no mercado, fazem com que seja extremamente improvável que essas empresas respondam a objetivos geopolíticos nacionais.

O último fator é a economia cada vez mais integrada mundialmente. Apesar da crescente reação populista contra a globalização, sua versão do século XXI permanece viva e forte²⁵. As determinantes da globalização continuam a existir: menores custos de transporte; a revolução da tecnologia da informação e maior interconexão; mercados de capitais mais flexíveis; a proliferação de acordos de livre comércio; e organizações que regulam o comércio internacional, como a Organização Mundial do Comércio²⁶. De fato, as economias nacionais estão ainda mais integradas, uma vez que o processo de manufatura foi fragmentado, convertido em produto e feito dependente de cadeias integradas e globais de suprimentos de componentes intermediários²⁷.

A interdependência cada vez maior das economias nacionais por meio da globalização gera diferentes graus de dependência e vulnerabilidade e, segundo Joseph Nye, a “manipulação das assimetrias da interdependência é uma importante dimensão do poder econômico”²⁸. Todos esses fatores atuam juntos para fazer com que os Estados fiquem mais propensos a empregar instrumentos econômicos de poder como primeira opção.

Para descrever essa nova tendência de dependência estatal em relação ao poder econômico, Luttwark cunhou o termo “geoeconomia” em seu ensaio de 1990, “From Geopolitics to Geo-Economics” (“Da Geopolítica à Geoeconomia”, em tradução livre). Afirma: “Geoeconomia [...] o melhor termo que eu posso imaginar para descrever a mistura da lógica de conflito com os métodos do comércio — ou, como teria dito Clausewitz, a lógica da guerra na gramática do comércio”²⁹. O termo ficou um pouco confuso desde então, e Blackwill e Harris quiseram esclarecer o conceito e estreitar seu foco. Assim, eles apresentam a seguinte definição:

Geoeconomia: O uso de instrumentos econômicos para promover e defender interesses



nacionais e produzir resultados geopolíticos benéficos; e os efeitos das ações econômicas das demais nações sobre os objetivos geopolíticos de um país³⁰.

Os autores indicam que sua análise se concentra no segundo elemento dessa definição, o uso de instrumentos econômicos como meios de alcançar fins geopolíticos. Antes de nos aprofundarmos na análise feita pelos autores sobre os aspectos econômicos de *statecraft* [traduzido por política, arte de governar ou diplomacia — N. do T.], cabe considerar, pelo menos brevemente, o alcance total da relação entre poder econômico e geopolítica. Três dimensões específicas são relevantes para essa consideração: o desempenho macroeconômico de uma nação; a política econômica internacional; e os instrumentos econômicos empregados na busca de fins geopolíticos (a ênfase de *War by Other Means*).

O paradigma de desenvolvimento econômico empregado pela China diverge fortemente do utilizado pelos EUA, que se apoia no conceito de crescimento econômico decorrente, principalmente, de investimentos privados. Em contrapartida, a China opera como um Estado corporativo e economia dirigida, que se apoia fortemente em investimentos estatais seletivos para controlar a direção do crescimento econômico e do comércio. Assim, o governo chinês está diretamente envolvido em moldar políticas econômicas estratégicas, que tratam concorrentes econômicos praticamente como inimigos econômicos. (Foto cedida por Wikimedia Commons; imagem de Arin Burgess, *Military Review*)

Hal Brands observa, no ensaio “Rethinking America’s Grand Strategy” (“Repensando a Grande Estratégia dos EUA”, em tradução livre), que a “grande estratégia começa e termina com a macroeconomia, e quiçá o ensinamento mais importante da Guerra Fria é o de que o êxito geopolítico decorre da vitalidade econômica”³¹. A análise histórica clássica desse princípio é a obra *The Rise and Fall of Great Powers* [intitulado,

no Brasil, *Ascensão e Queda das Grandes Potências* — N. do T.], de Paul Kennedy, na qual ele conclui que uma grande potência precisa de uma “próspera base econômica”³².

Tanto o Presidente Barack Obama, com sua ênfase na reconstrução nacional no âmbito interno, quanto o Presidente Donald Trump, com seu foco em fazer os “EUA grandes de novo”, reconhecem a necessidade de manter e construir uma forte economia interna. As políticas para gerar crescimento econômico são comunicadas por meio de decisões orçamentárias que orientam a geração de receita e alocação de recursos e o correto financiamento das atividades do governo³³.

Todos os três últimos Chefes da Junta de Chefes de Estado-Maior dos EUA [cargo similar ao Chefe do Estado-Maior de Defesa, no Brasil — N. do T.] expressaram preocupação sobre essas questões. O Alte Esq Mike Mullen declarou que a “dívida nacional é a maior ameaça à nossa segurança nacional”; o Gen Ex Martin Dempsey observou o surgimento de questões econômicas como uma importante preocupação e, possivelmente, um foco de sua gestão na Junta de Chefes; e o Alte Esq Joseph Dunford expressou sua preocupação sobre o impacto de futuras dinâmicas orçamentárias sobre os recursos para a defesa³⁴. Nenhuma dessas preocupações foi resolvida, enquanto a lei Budget Control Act (Lei de Controle Orçamentário) continua em vigor e outro debate sobre a prorrogação da dívida está prestes a acontecer.

A segunda dimensão é a política econômica internacional na qual instrumentos econômicos são empregados em apoio a fins econômicos. A distinção entre a busca de fins geopolíticos e a de fins econômicos pode ser “vaga” às vezes. Conforme admitem

Blackwill e Harris, os “Estados podem e, muitas vezes, formulam políticas geoeconômicas que promovem, simultaneamente, diferentes interesses — geopolíticos, econômicos e de outra natureza”³⁵. Ainda que possam

	Positivos	Negativos
Comércio	<ul style="list-style-type: none"> • Ceder acesso • Acordos de livre comércio • Aquisições do governo • Licenças 	<ul style="list-style-type: none"> • Sanções — negar acesso • Embargo/boicote/quotas • Negar licenças • Subsídios • Resolução de disputas da Organização Mundial do Comércio
Finanças	<ul style="list-style-type: none"> • Contribuições de instituição financeira internacional • Mercados de capitais abertos • Pacotes de resgate financeiro • Perdão de dívidas 	<ul style="list-style-type: none"> • Congelar ativos • Controles de capital • Manipulação cambial • Sanções financeiras — sanções secundárias • Vender títulos de dívida estrangeira
	Política monetária	
Assistência	<ul style="list-style-type: none"> • Assistência Oficial ao Desenvolvimento • Contribuições privadas • Programas de saúde pública 	<ul style="list-style-type: none"> • Ajuda condicional • Ajuda vinculada
Políticas	Regulamentação	

(Gráfico do autor; IFI: Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial, Bancos de Desenvolvimento Multinacionais, etc.)

Figura. Instrumentos Econômicos

ter conotações geopolíticas, algumas das questões mais controversas entre os EUA e a China se concentram, na verdade, em resultados econômicos. Algumas questões que vêm imediatamente à mente são o roubo de propriedade intelectual facilitado pela espionagem econômica cibernética, a falta de aplicação da lei sobre direitos de propriedade intelectual (DPI) e políticas autoritárias de transferência de tecnologia; e o problema intimamente relacionado da política industrial e do contínuo apoio chinês às “campeãs nacionais”.

Trump anunciou, em 2017, uma “política de tolerância zero para com o roubo de propriedade intelectual e a transferência forçada de tecnologia”, ordenando uma investigação do impacto das práticas chinesas sobre o comércio norte-americano³⁶. A China, ao que consta, é responsável pela maior parte dos US\$ 600 bilhões anualmente em custos de roubo de propriedade intelectual para os EUA³⁷. A questão dos DPI e da transferência de tecnologia se infiltra

na política industrial extremamente ativa da China: “Conforme o governo chinês tenta transformar a China em um líder mundial das indústrias intensivas em tecnologia, como semicondutores, carros sem motorista e biotecnologia, o medo é de que ele vá saquear as joias intelectuais de seus aliados estrangeiros e, então, livrar-se deles”³⁸. Há dois anos, a China deu início à sua mais nova política industrial, “Made in China 2025”, voltada a dez importantes setores industriais, com o objetivo de alçar esses setores para os patamares mais elevados das cadeias de produção globais³⁹.

Uma manchete do *Wall Street Journal*, em 2017, destaca a intensidade da subsequente concorrência global ligada à política industrial da China: “China Unleashes A Chip War: The Global Semiconductor Industry is Succumbing to Fierce Nationalistic Competition”⁴⁰ (“China Desencadeia Guerra de Chips: A Indústria Global de Semicondutores está Sucumbindo a uma Acirrada Concorrência Nacionalista”, em tradução livre). Os chineses estão empregando um fundo financiado pelo governo, um dos típicos meios geoeconômicos mencionados anteriormente, em seus esforços para dominar essa indústria crucial⁴¹. A cada vez mais intensa competição geopolítica, alimentada por meios econômicos, está sendo acompanhada por uma igualmente intensa competição econômica, alimentada por esses mesmos meios. Conforme observado por uma renomada instituição de pesquisa australiana em um relatório recente: “Caso se queira entender muitos dos acontecimentos estratégicos mais importantes que o mundo enfrentará nas próximas décadas, será preciso dedicar um tempo razoável para pensar no que está ocorrendo na economia internacional”⁴².

Em um sentido mais amplo, o poder econômico e os instrumentos geoeconômicos reforçam a segurança nacional de um país ao contribuírem para uma forte economia, possibilitando uma eficaz política econômica internacional e — retomando o foco dos autores, a terceira dimensão da geoeconomia — a aplicação da política (*statecraft*) econômica à consecução de objetivos geopolíticos.

Política Geoeconômica

Statecraft se refere aos meios pelos quais os governos conduzem sua política externa, podendo ser categorizado em quatro instrumentos principais: diplomacia

(negociações e acordos); informação (palavras e propaganda); força militar (armas e violência); e economia (bens e dinheiro)⁴³. Em uma série de discursos sobre o tema de *economic statecraft* [aqui traduzido por “política econômica”], a então Secretária de Estado Hillary Rodham Clinton identificou duas partes, sendo a primeira “o modo pelo qual exploramos as forças e utilizamos as ferramentas da economia global para fortalecer nossa diplomacia e presença no exterior” — o emprego de meios econômicos para alcançar fins geopolíticos. A segunda parte transformou os fins geopolíticos em meios para ajudar a alcançar os fins de prosperidade econômica nacional⁴⁴.

Blackwill e Harris enumeram sete ferramentas adequadas ao emprego geopolítico: política comercial; política de investimentos; sanções econômicas e financeiras; política financeira e monetária; assistência; cibernética; e energia e produtos básicos⁴⁵. As cinco primeiras ferramentas são prontamente reconhecidas como atividades econômicas, e energia e produtos básicos também podem ser facilmente considerados como um subconjunto da política comercial — possivelmente representando uma categoria mais crucial de bens comercializáveis. A inclusão da cibernética como um instrumento econômico parece um pouco problemática. Os instrumentos econômicos típicos são apresentados na figura, destacando várias aplicações normalmente destinadas a fornecer um estímulo positivo (recompensa) ou ações negativas (punição). As ações negativas são comumente denominadas medidas econômicas coercitivas⁴⁶.

O comércio continua a ser, possivelmente, a ferramenta econômica mais prontamente empregada tanto como um estímulo positivo, pela negociação de acordos de livre comércio e por meio das relações comerciais normais conferidas pela filiação de quase todos os países à Organização Mundial do Comércio, quanto como um instrumento coercitivo, como no caso de sanções que bloqueiem o livre fluxo de bens. Os acordos de livre comércio continuam a proliferar, tanto bilateral quanto regionalmente, com objetivos predominantemente voltados a questões econômicas, embora seja sempre possível que haja efeitos residuais geopolíticos de melhores relações econômicas. As sanções coercitivas que impõem embargos contra o livre fluxo de bens e serviços continuam a ser um aspecto central da política econômica, apesar de um forte consenso de que elas não funcionam. Os efeitos humanitários negativos das

sanções abrangentes impostas pela Organização das Nações Unidas (ONU) contra o Iraque nos anos 90 levaram à criação de sanções dirigidas contra indivíduos e grupos específicos. Essas sanções seletivas, também chamadas de “sanções inteligentes”, incluíram “congelamento de ativos, proibição de viagens, restrições a bens de luxo e embargos de armas”⁴⁷.

Os fluxos de investimentos internacionais hoje ultrapassam, de longe, os fluxos comerciais transfronteiriços e, segundo a ONU, a posição global de investimentos diretos no exterior era de US\$ 26 trilhões em 2016⁴⁸. Os países em desenvolvimento que precisam de capital para o crescimento hoje recorrem aos mercados internacionais para a grande maioria de suas necessidades. Tom Friedman descreve a combinação de investidores de curto prazo e multinacionais investindo no longo prazo (investimento estrangeiro direto [IED]) como “rebanho eletrônico” e os mercados que intermediam esses investimentos como “supermercados”. Ele conclui que os “supermercados substituíram as superpotências como fontes de capital para o crescimento”⁴⁹.

A maioria dos IED se baseia em decisões movidas pelo mercado e, assim, sua única consideração geopolítica é a estabilidade do mercado em que estão entrando. Contudo, o aparecimento de grandes e cada vez maiores empresas estatais, fundos soberanos e bancos estatais internacionalmente ativos começou a afastar do “campo de jogo” os processos decisórios puramente baseados nos fundamentos de mercado. Blackwill e Harris observam que as “empresas estatais são muito mais politicamente maleáveis do que a maioria das firmas privadas”, e motivações geopolíticas também podem ser operantes em certos fundos soberanos⁵⁰.

As firmas e nações ocidentais pedem por transparência nos processos decisórios financeiros para garantir que os investimentos sejam feitos com “base na lógica econômica e baseada no mercado”, e os fundos soberanos devem obedecer aos Princípios de Santiago, destinados a “aumentar a transparência e proteger contra investimentos políticos.” Entretanto, o grau de participação estatal nessas instituições não pode deixar de “conferir-lhes especiais alavancas políticas”⁵¹. Além do verdadeiro potencial para a exploração geopolítica associada a investimentos no exterior, o controle de um país sobre a entrada de investimentos pode servir de maneira semelhante. Um

país poderia negar acesso a setores críticos; controlar o grau de participação estrangeira permitido; ou conduzir um processo de aprovação caso a caso para os investimentos estrangeiros com base em considerações de segurança nacional, que poderiam ser reais ou inventadas⁵².

As sanções financeiras representam o próximo passo na evolução de regimes de sanções; destinam-se a restringir o acesso ao sistema bancário global e aos mercados de capitais internacionais⁵³. Após o 11 de Setembro, os EUA conduziram um esforço concentrado para perseguir os financiadores do terrorismo e acabaram convencendo a Sociedade de Telecomunicações Financeiras Interbancárias Mundiais (*Society for Worldwide Interbank Financial Telecommunications — SWIFT*) — que é um órgão centralizador de mensagens que detém praticamente um monopólio, na qualidade de quadro de distribuição do sistema financeiro internacional — a cooperar. Conforme observa Juan Zarate, em seu excelente livro *Treasury's War*, a SWIFT e a onipresença do dólar norte-americano nos mercados internacionais tornaram-se a “base de nossa capacidade para conduzir a guerra financeira de maneira mais ampla”⁵⁴. Esse tema será abordado em mais detalhe na próxima seção.

Do mesmo modo que a força das sanções financeiras baseada na onipresença do dólar norte-americano, a eficácia de políticas financeiras e monetárias como uma ferramenta da geoeconomia depende, em grande medida, do papel da moeda de um país no sistema monetário internacional. Guerras cambiais são travadas entre bancos centrais, pela manipulação de suas moedas em busca da vantagem competitiva ou pela condução de políticas monetárias internas não convencionais mediante a implementação de programas de *quantitative easing* (flexibilização quantitativa)⁵⁵. Outra possibilidade é que um banco central, ao discutir o fim da flexibilização quantitativa, leve as taxas de juros dos mercados emergentes a aumentar, resultando em problemas de rolagem da dívida.

Uma semelhante cadeia de acontecimentos precedeu o colapso do governo de Yanukovich na Ucrânia em 2014, resultando na mais grave crise geopolítica da Europa desde o fim da Guerra Fria⁵⁶.

Esse é um tema extremamente importante e complexo. A atual projeção mundial do dólar norte-americano sustenta, totalmente, a força da

economia dos EUA e a capacidade de seu governo para manter sua crescente dívida nacional, além de possibilitar o significativo emprego de ferramentas geoeconômicas pelo país. A moeda chinesa — renminbi (RMB; ou yuan) — talvez seja a mais promissora rival, mas as probabilidades de sucesso não estão a seu favor. Retomaremos o dólar e o RMB na próxima seção⁵⁷.

A assistência econômica consiste em ajuda militar, ajuda humanitária e assistência de desenvolvimento econômico bilateral, também denominada assistência oficial ao desenvolvimento (AOD). É evidente que pode haver significativas condições geopolíticas ligadas à AOD e, além da China, outros importantes atores geoeconômicos que usam este instrumento incluem os membros do Conselho de Cooperação do Golfo e o Japão. A China utilizou a AOD para conquistar adeptos à política de “Uma China” por toda a África e América Latina, sendo também conhecida pelo fornecimento de assistência livre de condições, que não impõe considerações incômodas sobre boa governança ou exigências de avanços no campo dos direitos humanos. Também há vários bancos de desenvolvimento estatais que começaram a competir com o conjunto existente de bancos de desenvolvimento criados e financiados pelo Ocidente⁵⁸.

As políticas nacionais que regem a energia e os produtos básicos poderiam ser consideradas como um exemplo de política comercial, mas Blackwill e Harris optam por destacá-las como um instrumento coletivo separado. Recursos energéticos como o petróleo e o gás natural decerto representam recursos cruciais, necessários para movimentar a economia global e, desde a criação da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), as implicações geopolíticas do mercado energético têm sido bastante claras. A principal preocupação é a segurança energética: disponibilidade a um preço razoável⁵⁹. Os Estados dependentes de importações buscam mitigar sua vulnerabilidade por meio da diversificação de fontes e da rota de transporte⁶⁰.

O maior ator geopolítico deste setor é a Rússia, que planejou a suspensão do fornecimento de gás natural várias vezes no início deste século⁶¹. Contudo, apesar de muitas disputas geopolíticas que possam parecer fortes candidatas a ações geoeconômicas, o poderoso e globalmente integrado mercado energético, alimentado por mais ofertas graças à contínua marcha da tecnologia e inovação, parece ter dado a primazia às leis do mercado⁶².

Isso não significa que a geopolítica esteja completamente afastada do setor energético, mas os grandes fornecedores reconhecem o forte interesse em demonstrar confiabilidade aos seus clientes, para não induzi-los a buscar fontes alternativas. Blackwill e Harris dedicam um capítulo inteiro à “geoeconomia da revolução energética da América do Norte”, concluindo que os EUA estarão em uma forte posição para ajudarem aliados e amigos a resistirem à pressão geoeconômica de adversários; para interagirem com a China e com a Ásia em uma infraestrutura energética ampliada que incluirá a exportação de gás natural liquefeito e petróleo; e para apoiarem a economia global ao longo do século XXI⁶³.

O instrumento final é a cibernética. Os autores incluem uma longa seção para discutir e oferecer exemplos recentes de ataques cibernéticos. Observam que nem todos os ataques cibernéticos são geoeconômicos, propondo, assim, uma definição bem específica: “Os ataques cibernéticos geoeconômicos são aqueles que utilizam os mecanismos do mercado financeiro ou econômicos e buscam impor custos econômicos como parte de um plano geopolítico mais amplo”⁶⁴.

Essa definição, porém, parece divergir da abordagem mais estreita descrita anteriormente: instrumentos econômicos como meios de alcançar fins geopolíticos. A ideia de ataques cibernéticos destinados a provocar prejuízos econômicos que, por sua vez, apoiem um objetivo geopolítico parece semelhante a um exemplo citado anteriormente em seu livro, de que bombardear uma fábrica “deve ser excluído de qualquer concepção de geoeconomia”⁶⁵. Um ataque cibernético contra infraestrutura crítica pode, sem dúvida, prejudicar uma economia, mas não representa o emprego de meios econômicos para alcançar um fim geopolítico⁶⁶. A preocupação com o roubo de propriedade intelectual já foi abordada, mas, conforme mencionado, esses ataques parecem ser conduzidos para um fim econômico. Os ataques cibernéticos representam, claramente, uma significativa ameaça à segurança e, em muitos casos, esses ataques visam componentes essenciais da infraestrutura econômica e indústria, mas a análise desse aspecto da política (*statecraft*) deve contar com sua própria plataforma, não devendo ser considerado, necessariamente, um acontecimento geoeconômico.

A China e os EUA na Esfera Geoeconômica

A seção seguinte de *War by Other Means* analisa o desempenho geoeconômico da China e dos EUA. Deve ficar claro que há vários “atores” geoeconômicos exercendo seu papel (isto é, a Rússia e alguns membros do Conselho de Cooperação do Golfo), mas parece apropriado concentrar-se na China e nos EUA devido ao fato de que o relacionamento entre essas nações provavelmente definirá o século XXI.

Como a China se vê a uma distância menor em relação aos EUA no campo da geoeconomia, a disputa entre essas duas nações se dará nesse âmbito⁶⁷. Segundo Blackwill e Harris, há quatro características estruturais, ou atributos geoeconômicos, que determinam a eficácia e o grau de influência econômica que os países podem obter por meio de instrumentos geoeconômicos. A primeira característica é a capacidade de controlar investimentos no exterior. Os países com grandes setores estatais (isto é, empresas estatais, fundos soberanos e bancos estatais) têm uma distinta vantagem⁶⁸. A segunda é o tamanho e a capacidade de controlar o acesso ao seu mercado interno. Todas as empresas querem ter sucesso nos maiores mercados consumidores, estando, frequentemente, prontas a fazer de tudo para atender a exigências governamentais, como transferências de tecnologia, empreendimentos conjuntos e o estabelecimento de centros locais de pesquisa e desenvolvimento. A terceira é a influência sobre fluxos de produtos básicos e energia, e a quarta é a projeção global da moeda de um país⁶⁹. Conforme será demonstrado, a China tem algumas importantes vantagens na esfera geoeconômica, mas talvez não seja tão predominante quanto alegam os autores.

Blackwill e Harris usam seis estudos de caso para demonstrar a capacidade geoeconômica da China e para corroborar o argumento de que “Beijing desenvolve e exerce sua projeção de poder não pelo emprego de meios militares principalmente (exceto nos Mares do Sul e do Leste da China), e sim por meio de políticas geoeconômicas de coerção e incentivo para com os países vizinhos”⁷⁰. O caso mais interessante se refere à disputa territorial com o Japão em relação às Ilhas Diaoyu/Senkaku. É particularmente interessante porque coloca a segunda e terceira maiores economias do mundo uma contra a outra. Em 2010, os chineses reagiram a uma colisão em alto-mar com a suspensão

da exportação de metais de terras raras para o Japão. A China alegou que se tratava apenas de um atraso no processamento das ordens de exportação devido ao esgotamento de recursos e preocupações ambientais. Na época, a China produzia mais de 90% do suprimento global.

Embora essa ação tenha tido um efeito imediato de advertência ao Japão e outros consumidores de metais de terras raras, o resultante aumento de preço levou, sem querer, à revitalização da produção global de terras raras, diminuindo, assim, o poder de monopólio e de influência geopolítica da China. Conforme observou um relatório do Conselho de Relações Exteriores: “Beijing frequentemente subestima as forças de mercado”⁷¹.

O segundo incidente ocorreu dois anos depois, em 2012, quando o governo japonês comprou uma das ilhas sob disputa, e a China respondeu com manifestações de nacionalistas, que boicotaram os produtos japoneses e forçaram o fechamento de fábricas japonesas localizadas na China. Contudo, como afirmou Richard Katz, na revista *Foreign Affairs*, a interrupção foi relativamente curta, antes que começasse uma *produção mutuamente assegurada*. A China precisava urgentemente do que o Japão estava vendendo, porque seu “milagre econômico baseado nas exportações depende de importações. [...] A China não pode interromper esse fluxo, ou arriscar rompê-lo com conflitos, sem debilitar sua economia”⁷². A interdependência econômica pode prevalecer sobre a geopolítica.

A China também tem empregado instrumentos geoeconômicos em seu impasse com Taiwan. Tem usado a ajuda econômica e investimentos para cercar Taiwan, instigando outras nações a romperem relações diplomáticas com a Província dissidente e a apoiarem as posturas chinesas nas instituições internacionais, isolando Taiwan ainda mais. Também buscou penetração ao liberalizar as relações com o outro lado do Estreito, para aumentar a dependência econômica de Taiwan em relação à China. Contudo, há limites à penetração chinesa, porque os “cidadãos taiwaneses estão ficando cada vez mais conscientes de sua crescente vulnerabilidade à pressão geoeconômica da China”. Entretanto, apesar dessa resistência, Blackwill e Harris concluem que “Beijing inevitavelmente continuará a empregar ferramentas geoeconômicas para influenciar Taipé” em sua tentativa de conduzir a ilha rumo a uma futura reunificação⁷³.

Os incentivos geoeconômicos também estão em ação em apoio à “linha de nove traços” no Mar do Sul da China (MSC). A China se tornou a principal parceira comercial de todos os países vizinhos, suplantando os EUA na maioria dos casos. O recente pacote de empréstimos e investimentos que a China ofereceu ao Presidente Rodrigo Duterte, das Filipinas, é um excelente exemplo da geoeconomia em ação. A China ofereceu Manila mais de US\$ 9 bilhões em empréstimos a juros baixos para projetos de infraestrutura e de outros tipos, além de concluir acordos econômicos estimados em US\$ 13,5 bilhões. Em troca, Duterte concordou em pôr de lado a decisão da Corte Permanente de Arbitragem sobre o MSC e afirmou que a aliança de defesa de longo prazo com os EUA estava em risco⁷⁴.

David Shambaugh oferece uma perspectiva adicional sobre a posição geoeconômica chinesa no MSC: “Considerada de maneira mais ampla, a participação chinesa no comércio e investimentos regionais está longe de ser predominante. Os investimentos de Beijing em muitos países do Sudeste Asiático são inferiores aos investimentos do Japão, da União Europeia ou dos EUA, enquanto seu comércio não ultrapassa os 30% (ficando, normalmente, entre 15% e 20%) do total de qualquer nação asiática individual”⁷⁵. Além disso, conforme sustenta John Ikenberry, há limites para os incentivos geoeconômicos: “Os países querem os benefícios que advêm da ascensão da China. No entanto, também querem se proteger contra o domínio chinês da região. Essa, por sua vez, é uma importante razão pela qual o sistema de aliança estendido pelos EUA na região é bem-vindo”⁷⁶.

O estudo de caso seguinte se refere à Ásia Meridional, com uma breve análise das relações com a Índia e o Paquistão. Blackwill e Harris sustentam que o desejo da China de evitar intensificar tensões militares nessa região volátil a estimula a se concentrar mais em ferramentas geoeconômicas. O investimento chinês é a principal ferramenta nessa região, com ênfase no Corredor Econômico China-Paquistão como importante componente do projeto “Um Cinturão, Uma Estrada” (*One Belt One Road — OBOR*)⁷⁷. Um excelente resumo da iniciativa é fornecido pelo Lowy Institute, que conclui:

O OBOR é a mais ambiciosa iniciativa de política externa e econômica do Presidente Xi. [...] Resta pouca dúvida de que o objetivo

geral da iniciativa é ajudar a China a alcançar fins geopolíticos ao vincular os países vizinhos mais intimamente a Beijing. Contudo, existem muitos outros objetivos concretos e econômicos por trás do OBOR [também]⁷⁸.

O Corredor Econômico China-Paquistão prevê um investimento de US\$ 46 bilhões, e a rede inteira do OBOR terá projetos avaliados em mais de US\$ 890 bilhões⁷⁹. Além de significativas preocupações quanto ao financiamento, a “falta de confiança política entre a China e alguns países do OBOR, assim como ameaças de instabilidade e segurança em outros, são obstáculos consideráveis”⁸⁰. Outros países propuseram semelhantes redes de investimento em infraestrutura para a região Ásia-Pacífico, e a Índia alega que o OBOR “é uma iniciativa unilateral”, à qual ela não vai aderir “sem uma significativa análise”⁸¹. Blackwill e Harris sugerem que o empreendimento binacional “Corredor Econômico Indo-Pacífico”, dos EUA e Índia, pode ser uma forma de lidar com o receio indiano em relação aos planos da China e constituir uma rota da seda marítima própria da Índia⁸².

A Coreia é o último estudo de caso. A atual crise, gerada pela mais poderosa arma militar, transformou-a em um campo de batalha geoeconômico. A título de contextualização, a China deveria ter enorme influência sobre a Coreia do Norte, já que ela responde por quase 85% do volume total de comércio deste país. Ainda mais importante é o controle que a China detém sobre mais de 90% das importações energéticas do Norte⁸³. Apesar dessa posição geoeconômica praticamente insuperável, a China alega não ter uma influência efetiva. Segundo um documento de estratégia da Brookings Institution, a “China não tem poder de influência para convencer essa nação estrangeira a cessar seu programa nuclear”⁸⁴. Da perspectiva norte-americana, Obama chamou a Coreia do Norte de país “mais sujeito a sanções” do mundo⁸⁵.

Entretanto, a maioria dos analistas conclui que as sanções nunca convencerão a Coreia do Norte a desistir de suas armas nucleares. O primeiro “tiro” da atual batalha geoeconômica foi disparado pelos EUA na forma de uma formidável barganha, que propunha facilitar o comércio com a China em troca de sua pressão contra a Coreia do Norte. Recentemente, depois de considerarem esse esforço insuficiente, os EUA dispararam uma segunda vez ao iniciarem uma investigação comercial

contra as políticas de transferência de tecnologia e o roubo de propriedade intelectual chineses⁸⁶. Enquanto isso, a Coreia do Sul concordou com a implantação do sistema de defesa antimísseis balísticos conhecido como *Terminal High Altitude Area Defense* (THAAD) em seu território, e foi a vez de a China disparar um “tiro” geoeconômico. Os veículos de imprensa estatais instaram por boicotes contra produtos sul-coreanos, e agências de viagem da China continental cancelaram viagens de grupos para a Coreia do Sul⁸⁷. “As vendas da Kia e de sua companhia controladora Hyundai Motors Co. caíram 61% entre março e junho, na China”, e as fábricas estão operando com apenas 30% de sua capacidade⁸⁸. Mais uma vez, porém, o efeito geoeconômico “errou o alvo”, porque o sistema THAAD já está completamente operacional e a reação sul-coreana ao *bullying* chinês não foi nada boa. Pela primeira vez, as pesquisas de opinião indicaram que os sul-coreanos tem menos apreço pela China do que pelo Japão⁸⁹.

A atual previsão é de que os EUA pressionem a China a impor um embargo de petróleo à Coreia do Norte⁹⁰. Para atrelar incentivos a esse pedido, os EUA poderiam impor sanções secundárias para “induzir a China a cortar as ‘boias de salvamento’ econômicas internacionais da Coreia do Norte. Isso incluiria ameaçar bloquear o acesso ao sistema financeiro norte-americano por firmas estrangeiras que façam negócios” com a Coreia do Norte⁹¹. As batalhas são sempre imprevisíveis e, assim, não é possível saber, ao certo, como essa batalha geoeconômica vai terminar, mas esse breve relato demonstra, claramente, a tendência dos EUA e da China a se valerem da pressão geoeconômica.

Política Geoeconômica dos EUA

A análise anterior sobre o impasse em relação ao programa nuclear da Coreia do Norte indica que, ao contrário das alegações dos autores quanto à indecisão e ineficácia norte-americana na esfera geoeconômica, os EUA continuam a ser um ator bastante ativo nessa dimensão crucial. O IED procedente dos EUA é o maior do mundo e, ainda que não seja dirigido pelo governo norte-americano para fins geoeconômicos específicos, a presença global das empresas do país ajuda a manter seu poder relacional e reputacional⁹². Por exemplo, a preocupação expressa quanto à penetração econômica chinesa na América Latina é refutada pelo fato de que mais de 53% do IED total na região em

2016 foi oriundo da União Europeia e 20%, dos EUA. A China, por outro lado, contribuiu apenas 1%⁹³. Os EUA também estão ativamente envolvidos na verificação de investimentos vindos do exterior por meio do Comitê de Investimentos Estrangeiros nos EUA (CFIUS, na sigla em inglês)⁹⁴. O CFIUS é um órgão interagências encarregado de analisar os investimentos estrangeiros e suas implicações para a segurança nacional. Devido à preocupação de que o crescente número de investimentos chineses possa ser determinado e subsidiado pelo governo chinês, incluindo possíveis aquisições associadas a tecnologias sigilosas, e a uma falta de reciprocidade em permitir que firmas norte-americanas invistam livremente na China, o CFIUS aumentou, significativamente, o rigor de sua análise desses negócios⁹⁵.

Os EUA são a segunda maior nação comerciante do mundo e, devido à dimensão de sua economia de consumo interna, continuam sendo um mercado extremamente atrativo para os produtores globais. As políticas comerciais movidas pelo populismo do governo Trump causaram medo a entusiastas do livre comércio em todo o mundo, e a retirada do país do acordo comercial Parceria Transpacífico (TPP, na sigla em inglês) é considerada por muitos como um revés econômico e mais ainda como um erro geoestratégico. Blackwill e Harris incluem uma extensa análise do TPP, afirmando que ele deveria ter sido negociado com um foco muito mais geopolítico⁹⁶. Contudo, eles concluem, ainda assim, que “é bem mais provável que o fato de os EUA não concluírem esse acordo seja visto, tanto por nossos aliados quanto não aliados, principalmente como um fracasso geopolítico e um teste negativo do poder de permanência norte-americano na região”⁹⁷.

Um estudo recente sobre o comércio na região Ásia-Pacífico instou os EUA a reconsiderarem sua posição em relação ao TPP; incentivou outros países a seguirem os elevados padrões constantes desse acordo; e convidou outros países a tentarem implementar o acordo sem os EUA, se necessário⁹⁸. O governo dos EUA está ativamente envolvido em várias iniciativas comerciais; resta saber se suas atuais políticas serão abrandadas. O Presidente declarou: “Teremos muitos acordos comerciais”⁹⁹.

O aspecto de recompensa do instrumento comercial pode estar um pouco enfraquecido no momento, mas o de castigo está bastante ativo e cada vez mais eficaz. As sanções econômicas norte-americanas hoje

são associadas, principalmente, a sanções financeiras. Conforme mencionado acima, essas sanções se concentram em restringir o acesso ao sistema bancário global. O tamanho dos mercados de capitais norte-americanos e o papel do dólar norte-americano nas transações internacionais significam que os “EUA tiveram praticamente um monopólio sobre o uso de pressão financeira seletiva nos últimos dez anos”¹⁰⁰. As sanções financeiras também criaram estímulos consideráveis para que terceiros (ex.: bancos) obedecam ou se arrisquem a sofrer graves consequências, em termos monetários e reputacionais¹⁰¹.

Uma extensão dessas sanções, as denominadas “sanções secundárias” ou “sanções extraterritoriais”, pode ser imposta a empresas estrangeiras que continuem o comércio com o país visado¹⁰². Sanções norte-americanas foram empregadas eficazmente contra o Irã e a Rússia recentemente¹⁰³. A falta de suficiente impacto contra a Coreia do Norte até a presente data se baseia em uma dependência excessiva em relação às minimamente efetivas resoluções do Conselho de Segurança da ONU. Conforme observado anteriormente na discussão sobre o campo de batalha geoeconômico da península coreana, sanções financeiras abrangentes, incluindo sanções secundárias, podem ajudar na obtenção de resultados favoráveis¹⁰⁴.

A prevalência e o êxito de sanções financeiras têm gerado importantes atividades de mitigação: os bancos estão eliminando riscos (encerrando contas ou retirando-se de relacionamentos com correspondentes em áreas de risco), e alguns países estão desenvolvendo alternativas ao dólar¹⁰⁵. Segundo Blackwill e Harris: “Certas sanções financeiras [...] são eficazes apenas porque essas entidades negociam em dólares norte-americanos. Mas os interesses em jogo mudariam, se os países comesçassem a realizar transações em [...] outras moedas”¹⁰⁶.

Em termos do atual foco nas possibilidades geoeconômicas dos EUA e da China, isso leva à discussão sobre o papel do dólar norte-americano e do RMB chinês. O dólar usufrui de uma posição extremamente privilegiada na economia global, por ser a moeda predominantemente utilizada nas transações internacionais e servir como principal moeda de reserva¹⁰⁷.

A primazia do dólar é ilustrada pelas seguintes circunstâncias: o preço do petróleo e da maioria dos produtos básicos é fixado em dólares; dois terços dos

empréstimos bancários internacionais são em dólares; 40% dos títulos de dívida internacionais são emitidos em dólares; e 60% das reservas de câmbio são em dólares¹⁰⁸.

A China, entre outras nações, se ressentiu do extremo privilégio concedido ao dólar e da significativa influência financeira que isso confere aos EUA, tendo iniciado, por isso, um programa para internacionalizar o RMB. A partir de 01 Out 16, o Fundo Monetário Internacional incluiu o RMB chinês entre as cinco componentes de seu conjunto de moedas de reserva. Entretanto, a China continua a resistir ao estabelecimento de uma taxa de câmbio totalmente determinada pelo mercado, além de não abrir sua conta de capital para permitir livres fluxos de capitais transfronteiriços¹⁰⁹. Em um excelente livro sobre a moeda chinesa, *Gaining Currency*, Eswar Prasad conclui: “[...] o RMB tem se deparado com restrições que resultam da estrutura de sua economia interna e que limitarão seu avanço como moeda de reserva. Ademais, devido à natureza de seu sistema político, é improvável que o RMB obtenha o *status* de uma moeda de refúgio. Portanto, embora seja provável que a ascensão do RMB continue, a ideia de que ele se transformará em uma moeda de reserva global predominante que chegue a rivalizar com o dólar é fantasiosa”¹¹⁰. A capacidade norte-americana para empregar armas financeiras geoeconômicas parece segura, pelo menos por enquanto.

Antes de deixar esse tema, há uma última questão a ser abordada, que tem implicações para a influência geoeconômica: a dívida norte-americana em poder da China. A China e o Japão estão emparelhados como principais detentores dos títulos do Tesouro dos EUA e, em junho de 2017, ela ultrapassou, por uma pequena margem, o Japão, com US\$ 1,1 trilhão em títulos¹¹¹. O cenário típico é que, em uma crise, a China buscaria abalar o dólar com a súbita venda de títulos do Tesouro dos EUA. Blackwill e Harris observam, porém, que há um consenso de que, devido à força do mercado de títulos norte-americanos e à prevista contraintervenção pela Reserva Federal dos EUA, o provável resultado de uma venda súbita pela China seria uma considerável desvalorização dos títulos restantes em sua posse. Assim, os “títulos em posse da China são, no cômputo geral, um passivo para Beijing”¹¹². Esse relacionamento é frequentemente denominado “destruição financeira mútua assegurada” — que evoca a expressão da Guerra

Fria referente à política norte-americana de destruição mútua assegurada, que envolveria uma maciça troca apocalíptica de ataques de armas nucleares com a União Soviética — e é bastante parecido com a menção feita anteriormente à “produção mútua assegurada.” Esses conceitos se fundem em uma noção de destruição econômica mútua assegurada, que reconhece que economias cada vez mais interdependentes tendem a diminuir o poder de influência geoeconômica¹¹³.

Tanto a China quanto os EUA são atores ativos na esfera geoeconômica, e cada um deles possui algumas vantagens singulares. Essa análise de casos e da aplicação de vários instrumentos econômicos valida a conclusão obtida por Zarate em *Treasury's War*: “Entramos em uma nova era de influência financeira em que ferramentas financeiras e econômicas têm assumido um lugar de honra como instrumentos de segurança nacional. Os conflitos desta era provavelmente serão travados com mercados, e não apenas com forças armadas, e nas salas de diretoria, e não apenas nos campos de batalha. A geopolítica hoje é um jogo que se joga melhor com armas financeiras e comerciais”¹¹⁴.

A Grande Estratégia Geoeconômica: Tática versus Estratégia

Blackwill e Harris concluem seu *tour de force* sobre geoeconomia abordando o futuro da grande estratégia dos EUA. Sustentam que os EUA precisam “empregar seu poder geoeconômico com muito mais determinação e habilidade” para resistir à coerção geoeconômica sendo praticada pela China e outros Estados com ideias afins¹¹⁵. Alegam que os EUA estão excessivamente focados na dimensão de segurança da política externa norte-americana e, assim, recorrem, automaticamente, a instrumentos militares e políticos, em vez de reconhecerem que vantagens econômicas intrínsecas deveriam ser empregadas mais prontamente em busca de resultados geopolíticos — adotando uma política externa mais centrada na economia¹¹⁶. Além disso, os EUA estão presos demais à ordem internacional baseada em regras, o que costuma refrear sua disposição a empregar instrumentos econômicos em busca de objetivos geopolíticos por medo de que a “mera invocação de ameaças à existente ordem baseada em regras” dará fim ao debate político sobre o uso de instrumentos geoeconômicos¹¹⁷.

Os EUA criaram e cultivaram, desde o fim da Segunda Guerra Mundial, uma ordem internacional

baseada no liberalismo comercial, que defendia a disseminação do capitalismo e mercados abertos. Essa ordem mundial gerou o crescimento econômico, prosperidade e interdependência econômica global, sendo respaldada pelo estabelecimento de várias instituições (Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial e, posteriormente, a Organização Mundial do Comércio) e seu conceito operacional baseado em regras, que facilitava a cooperação e a resolução coletiva de problemas¹¹⁸.

O fim da Guerra Fria ampliou muito a aplicação geográfica da ordem internacional baseada em regras, incluindo até mesmo a adoção de políticas econômicas mais prescritivas a serem seguidas por cada país, conhecidas como o Consenso de Washington. Elas incluíam sólidas políticas macroeconômicas, estruturas nacionais baseadas no mercado e políticas de comércio e investimento integradas e abertas¹¹⁹. A ordem internacional baseada em regras e seus componentes econômicos se apoiam na proposição de que a economia é um jogo de soma positiva, ao contrário do jogo de soma zero da geopolítica. Contudo, isso só vale se o papel do Estado na economia for bastante reduzido; o liberalismo *laissez-faire* praticado; e as motivações geopolíticas minimizadas, quando se trata de influenciar a política econômica¹²⁰.

Entretanto, Blackwill e Harris se opõem a esse princípio. Afirmam que a ordem internacional baseada em regras está produzindo cada vez menos resultados e que as potências em ascensão a têm minado. As restrições autoimpostas sobre o emprego de abordagens geoeconômicas significam que “Washington provavelmente nunca será capaz de empregar ferramentas de comércio e investimento para promover os interesses de sua política externa em muitas das formas coercitivas ou *transacionais de curto prazo* que convêm a outros países [grifo do autor]”¹²¹. Em seu favor, cabe notar que essa questão é amplamente abordada no livro e que os autores fazem um trabalho louvável ao apresentarem os dois lados do argumento. Reconhecem que os EUA “podem, muito bem, ter um interesse geopolítico maior que outros Estados em manter em um nível mínimo o uso geopoliticamente motivado de certos instrumentos econômicos” e que, talvez, “manter o sistema baseado em regras continue a ser a melhor estratégia para maximizar os atuais objetivos geopolíticos dos EUA”¹²². No entanto, eles permanecem céticos, concluindo: “enquanto manter o sistema baseado em regras continuar a ser considerado geopoliticamente vantajoso para os EUA, as formas de poder geoeconômico

precisarão ser, em sua maioria, pelo menos neutras em seus impactos sobre o sistema baseado em regras para serem aceitáveis. Seguir esse padrão restringirá bem mais os EUA do que muitos outros Estados, especialmente em casos mais coercitivos e de curto prazo¹²³.

Há dois problemas com sua conclusão. Primeiro, sua suposta “grande estratégia” é fazer maior uso de instrumentos econômicos para alcançar objetivos geopolíticos (geoeconomia) em prol dos interesses nacionais dos EUA. O argumento do parágrafo anterior capta a ênfase nas aplicações de curto prazo, táticas e transacionais dos instrumentos econômicos. Trata-se totalmente de meios, e não fins estratégicos, e decerto não é uma grande visão estratégica. Com efeito, os autores introduzem a analogia de “small ball” (tática) *versus* “big ball (estratégia)¹²⁴. Não deve ser uma grande surpresa para o leitor que um livro intitulado *War by Other Means* tenha como foco os meios (*small ball*), e não os fins. Representa uma excelente análise dos diversos instrumentos econômicos da política e sua aplicação, mas contribui pouco para se considerar como empregar essas ferramentas em apoio a uma efetiva grande estratégia. O segundo problema é que seguir apoiando a ordem internacional baseada em regras continua sendo a grande estratégia mais apropriada (*big ball*) para os EUA. Instrumentos econômicos precisam ser empregados ocasionalmente em apoio a objetivos geopolíticos, mas sua utilização deve levar em consideração o possível impacto negativo que isso possa ter sobre a contínua aceitação da ordem internacional baseada em regras.

John Ikenberry, provavelmente o mais renomado estudioso da teoria, origens e atual natureza da ordem internacional baseada em regras, apresenta alguns argumentos convincentes sobre a eficácia da atual ordem internacional liberal. Primeiro, os componentes dessa ordem — instituições multilaterais, alianças, acordos comerciais e parcerias políticas — criaram as capacidades e ferramentas para vencer as lutas do século XXI com a geopolítica. Segundo, a China e a Rússia aceitam a lógica básica da ordem internacional baseada

em regras. “A abertura lhes confere acesso ao comércio, investimentos e tecnologia de outras sociedades. As regras lhes conferem ferramentas para proteger sua soberania e interesses¹²⁵. Em consequência, os EUA devem executar uma grande estratégia que “ligue [o país] às regiões do mundo por meio do comércio, alianças, instituições multilaterais e diplomacia. É uma estratégia em que os EUA estabelecem a liderança não apenas por meio do exercício do poder, mas também por meio de esforços contínuos dedicados à resolução de problemas e estabelecimento de regras globais¹²⁶.”

Conclusão

O leitor deve extrair três conceitos gerais deste artigo. Primeiro, a dimensão geoeconômica será, muito provavelmente, a esfera mais crucial da competição entre Estados-nação nas próximas décadas. Assim, é importante entender os instrumentos econômicos da política e seu emprego na busca de objetivos geopolíticos, mas também ter conhecimento de suas limitações. Segundo, os EUA devem continuar a apoiar a ordem internacional liberal e institucional baseada em regras, pós-Segunda Guerra Mundial. Conforme ponderou Cordell Hall, Secretário de Estado de Franklin D. Roosevelt, no final da Segunda Guerra Mundial: “se pudéssemos aumentar os intercâmbios comerciais entre as nações, com a redução de barreiras comerciais e tarifárias, e remover obstruções artificiais ao comércio, poderíamos ir bem longe em eliminar a própria guerra¹²⁷. Para concluir, duas reflexões finais de Blackwill e Harris: “O poder nacional depende, sobretudo, do desempenho da economia interna local e da capacidade de mobilizar seus recursos” e “Nada seria melhor para promover os interesses geoeconômicos e o futuro estratégico dos EUA do que o forte crescimento econômico do país¹²⁸. A posição dos EUA no mundo não depende do que aconteça ou não na China; ela depende da direção e políticas econômicas que estabelecemos para nós mesmos aqui no país. ■

Referências

Epígrafe. Sun Tzu, *The Art of War*, trans. The Sonshi Group, chap. 03.02, acesso em 20 nov. 2017, <https://www.sonshi.com/original-the-art-of-war-translation-not-giles.html>. [*O trecho traduzido

foi extraído de Sun Tzu, *A Arte da Guerra: Os Treze Capítulos Originais*, tradução de André da Silva Bueno, São Paulo: Jardim dos Livros, 2010. — N. do T.]

1. *Global Challenges and U.S. National Security Strategy, Hearing Before the Senate Comm. on Armed Services*, 114th Cong. (29 Jan. 2015) (depoimento de Henry Kissinger).
2. *Department of Defense Budget Posture, Hearing Before the Senate Comm. on Armed Services*, 115th Cong. (13 Jun. 2017) (depoimento de James Mattis, Secretário de Defesa dos EUA).
3. Max Bergmann e Carolyn Kenney, "War by Other Means: Russian Active Measures and the Weaponization of Information" (Washington, DC: Center for American Progress, Jun. 2017), acesso em 8 nov. 2017, <https://cdn.americanprogress.org/content/uploads/2017/06/08052859/RussiaDisinformation-report1.pdf>.
4. As reportagens continuam sendo produzidas. Para obter informações sobre as mais recentes, confira Scott Shane, "The Fake Americans Russia Created to Influence the Election", *The New York Times* (site), 7 Sept. 2017, acesso em 8 nov. 2017, https://www.nytimes.com/2017/09/07/us/politics/russia-face-book-twitter-election.html?ref=todayspaper&_r=0. Este artigo alega que os ataques informacionais russos criaram contas e identidades falsas no Facebook e Twitter, transformando essas ferramentas em instrumentos de dissimulação e propaganda.
5. Elisabeth Bumiller e Thom Shanker, "Panetta Warns of Dire Threat of Cyberattack on U.S.", *The New York Times* (site), 11 Oct. 2012, acesso em 8 nov. 2017, <http://www.nytimes.com/2012/10/12/world/panetta-warns-of-dire-threat-of-cyber-attack.html>.
6. *Worldwide Threat, Hearing Before the Senate Comm. on Armed Services*, 115th Cong. (23 May 2017) (depoimento de Daniel R. Coats, Diretor de Inteligência Nacional).
7. "China's Growing Pains", *The Economist*, 19 Aug. 2004, apud Ashley J. Tellis, "China's Grand Strategy: The Quest for Comprehensive National Power and its Consequences", in *The Rise of China: Essays on the Future Competition*, ed. Gary J. Schmitt (New York: Encounter Books, 2009), p. 25.
8. Graham Allison, em seu novo livro, começa com um capítulo que relata, de forma incisiva, o crescimento da China, particularmente em relação aos EUA. "The Biggest Player in the history of the World", chap. 1 in *Destined for War: Can America and China Escape Thucydides's Trap?* (New York: Houghton Mifflin Harcourt, 2017).
9. Joseph S. Nye Jr., *The Future of Power* (New York: PublicAffairs, 2011), p. 10–14.
10. Robert D. Blackwill e Jennifer M. Harris, *War by Other Means: Geoeconomics and Statecraft* (Cambridge, MA: The Belknap Press of Harvard University Press, 2016), p. 11; Leslie H. Gelb, "GDP Now Matters More Than Force: A U.S. Foreign Policy for the Age of Economic Power", *Foreign Affairs* 89, no. 6, (November/December 2010), acesso em 8 nov. 2017, <https://www.foreignaffairs.com/articles/usa/2010-10-21/gdp-now-matters-more-force>.
11. Nathan P. Freier et al., *Outplayed: Regaining Strategic Initiative in the Gray Zone* (Carlisle Barracks, PA: Strategic Studies Institute, June 2016), p. xiii.
12. Blackwill e Harris, *War by Other Means*, p. 1–2.
13. *Ibid.*, p. 4.
14. *Ibid.*, p. 7.
15. Além do excelente tratamento sobre o tema no corpo do livro, as referências detalhadas oferecem farto material para os que queiram se aprofundar no assunto.
16. Gelb, "GDP Now Matters More Than Force", p. 35.
17. John F. Troxell, "Strategic Insights: Economic Power: Time to Double Down", Strategic Studies Institute (website), 29 Sept. 2015, acesso em 8 nov. 2017, <http://ssi.armywarcollege.edu/index.cfm/articles/Economic-Power-Time-To-Double-Down/2015/09/29>.
18. Blackwill e Harris, *War by Other Means*, p. 8.
19. Edward N. Luttwark, "From Geopolitics to Geo-Economics: Logic of Conflict, Grammar of Commerce", *The National Interest*, no. 20 (Summer 1990): p. 17. Em um livro publicado quase uma década depois, Luttwark apresenta um excelente resumo comparando os meios e objetivos da política de força à geoeconomia, além de algumas implicações bastante visionárias sobre a transição de um sistema para o outro. Edward Luttwark, *Turbo-Capitalism: Winners and Losers in the Global Economy* (New York: HarperCollins, 1999), p. 134.
20. Samuel P. Huntington, "Why International Primacy Matters", *International Security* 17, no. 4 (Spring 1993): p. 72.
21. Blackwill e Harris, *War by Other Means*, p. 33–34. O agrupamento mais conhecido de potências em ascensão é o BRICS — Brasil, Rússia, Índia, China e, agora, a África do Sul. Outras concepções incluem o MIST — México, Indonésia, Coreia do Sul e Turquia (criado por Jim O'Neill da Goldman Sachs, que também criou o termo BRIC). Confira, também, Raymond Ahearn, *Rising Economic Powers and U.S. Trade Policy* (Washington, DC: Congressional Research Service [CRS], 3 Dec. 2012).
22. Blackwill e Harris, *War by Other Means*, p. 35.
23. *Ibid.*
24. "The Rise of State Capitalism", *The Economist* (site), 21 Jan. 2012, acesso em 21 nov. 2017, <http://www.economist.com/node/21543160>. Com a China como sua principal praticante e devido à sua estrutura autoritária de governo, o capitalismo estatal também é denominado capitalismo autoritário. Muitos outros países praticantes do capitalismo estatal têm tendências autoritárias, mas nem todos. A Noruega, por exemplo, detém o maior fundo soberano.
25. "The Global Economy: An Open and Shut Case", *The Economist* (site), 1 Oct. 2016, acesso em 8 nov. 2017, <https://www.economist.com/news/special-report/21707833-consensus-favour-open-economies-cracking-says-john-osullivan>.
26. Thomas L. Friedman, *The Lexus and the Olive Tree: Understanding Globalization* (New York: Anchor Books, 2000). Um escritor prolífico, esse livro continua a ser melhor descrição dos vários elementos da globalização e como eles afetaram o sistema internacional.
27. Wayne Morrison, *China-U.S. Trade Issues* (Washington, DC: CRS, 24 April 2017), p. 14.
28. Nye, *The Future of Power*, p. 55.
29. Luttwark, "From Geopolitics to Geo-Economics", p. 19.
30. Blackwill e Harris, *War by Other Means*, p. 20.
31. Hal Brands, "Rethinking America's Grand Strategy: Insights from the Cold War", *Parameters* 45, no. 4 (Winter 2015-16): p. 9.
32. Paul Kennedy, *The Rise and Fall of Great Powers: Economic Change and Military Conflict from 1500 to 2000* (New York: Vintage Books, 1987), p. 539.
33. A alocação de recursos dentro e fora do orçamento de defesa, além das políticas da aquisição de armas e da indústria de defesa, tem sido o escopo tradicional da economia de defesa. Veja Gavin Kennedy, *Defense Economics* (New York: St. Martin's Press, 1983). Uma excelente discussão sobre o

financiamento de iniciativas de segurança nacional dos EUA consta de Robert D. Hormats, *The Price of Liberty: Paying for America's Wars* (New York: Times Books, 2007).

34. Laura Bassett, "Adm. Mike Mullen: National Debt Is Our Biggest Security Threat", *Huffington Post*, last updated 25 May 2011, acesso em 8 nov. 2017, http://www.huffingtonpost.com/2010/06/24/adm-mike-mullen-national_n_624096.html; Yochi J. Dreazen, "For Top U.S. Military Officer, Economy Emerges As Major Concern", *National Journal*, 9 Dec. 2011, acesso em 8 nov. 2017, <https://www.nationaljournal.com/s/579055/top-u-s-military-officer-economy-emerges-major-concern> (assinatura requerida); Jim Garamone, "Dunford Discusses Challenges to the Joint Force, Need for Defense Reform", Department of Defense News, 29 March 2016, acesso em 8 nov. 2017, <https://www.defense.gov/News/Article/Article/707639/dunford-discusses-challenges-to-the-joint-force-need-for-defense-reform/>.

35. Blackwill e Harris, *War by Other Means*, p. 27-31.

36. "Lighthizer, Camera, Action: America's Trade with China", *The Economist*, 19 Aug. 2017, p. 62. Veja, também, Office of the Special United States Trade Representative, "USTR Announces Initiation of Section 301 Investigation of China", press release, Aug. 2017, acesso em 9 Nov. 2017, <https://ustr.gov/about-us/policy-offices/press-office/press-releases/2017/august/ustr-announces-initiation-section>.

37. Dennis C. Blair e Keith Alexander, "China's Intellectual Property Theft Must Stop", *The New York Times* (site), 15 Aug. 2017, acesso em 9 nov. 2017, <https://www.nytimes.com/2017/08/15/opinion/china-us-intellectual-property-trump.html>.

38. "Lighthizer, Camera, Action".

39. Scott Kennedy, "Made in China 2025", Center for Strategic and International Studies (CSIS) (site), 1 Jun. 2015, acesso em 9 nov. 2017, <https://www.csis.org/analysis/made-china-2025>.

40. Bob Davis e Eva Dou, "China Unleashes a Chip War", *The Wall Street Journal*, 28 Jul. 2017, p. 1. Segundo Robert Gilpin, política industrial se refere a "esforços deliberados, por parte de um governo, para determinar a estrutura da economia por meio de [...] subsídios financeiros, proteção comercial ou aquisição governamental". Robert Gilpin, *Global Political Economy: Understanding the International Economic World Order* (Princeton, NJ: Princeton University Press, 2001), p. 154.

41. Eva Dou, "Beijing Discreetly Backs a Drive for Chips", *The Wall Street Journal*, 31 Jul. 2017, B4. O fundo estatal China Integrated Circuit Industry Investment Fund Co. foi anunciado em 2014 com US\$20 bilhões em capital.

42. Mark P. Thirlwell, "The Return of Geo-economics: Globalisation and National Security" (Sydney: Lowy Institute for International Policy, September 2010), p. 2.

43. Benn Steil e Robert E. Litan, *Financial Statecraft: The Role of Financial Markets in American Foreign Policy* (New Haven, CT: Yale University Press, 2006), p. 1. O U.S. Army War College transforma, convenientemente, essa categorização no acrônimo DIME.

44. Hillary Rodham Clinton, "Sidebar on Economic Statecraft", U.S. Department of State (site), 15 Nov. 2011, acesso em 9 nov. 2017, <https://www.state.gov/s/d/rm/rls/perfrpt/2011/html/178731.htm>.

45. Blackwill e Harris, *War by Other Means*, p. 49.

46. Zachary K. Goldman e Elizabeth Rosenberg, *American*

Economic Power & the New Face of Financial Warfare (Washington, DC: Center for a New American Security [CNAS], 17 June 2015), p. 1.

47. Elizabeth Rosenberg et al., *New Tools of Economic Warfare: Effects and Effectiveness of Contemporary U.S. Financial Sanctions* (Washington, DC: CNAS, April 2016), p. 9–11. O Center for a New American Security publicou uma excelente série de reportagens sobre sanções financeiras e política econômica, disponível on-line por meio de sua Economic Statecraft Series: <https://www.cnas.org/research/energy-economics-and-security/economic-statecraft>.

48. James K. Jackson, *U.S. Direct Investment Abroad: Trends and Current Issues* (Washington, DC: CRS, 29 June 2017), p. 1. Blackwill e Harris, *War by Other Means*, p. 53.

49. Friedman, *The Lexus and the Olive Tree*, p. 114–16.

50. Blackwill e Harris, *War by Other Means*, p. 54.

51. *Ibid.*, p. 53-57.

52. *Ibid.*, p. 57.

53. Rosenberg et al., *New Tools of Economic Warfare*, p. 10.

54. Juan C. Zarate, *Treasury's War: The Unleashing of a New Era of Financial Warfare* (New York: PublicAffairs, 2013), p. 44.

55. Para entender o papel do dólar norte-americano nas relações financeiras e monetárias globais, confira Eswar S. Prasad, *The Dollar Trap: How the U.S. Dollar Tightened Its Grip on Global Finance* (Princeton, NJ: Princeton University Press, 2014).

Outra boa fonte de informações sobre o dólar e políticas monetárias é Benjamin Cohen, *Currency Power: Understanding Monetary Rivalry* (Princeton, NJ: Princeton University Press, 2015). Por fim, para uma excelente discussão sobre bancos centrais, confira Neil Irwin, *The Alchemists: Three Central Bankers and a World on Fire* (New York: Penguin Books, 2013).

56. Benn Steil, "Taper Trouble: The International Consequences of Fed Policy", *Foreign Affairs* 93, no. 4 (July/August 2014): p. 54–55. Veja, também, Blackwill e Harris, *War by Other Means*, p. 21.

57. Blackwill e Harris incluem algumas seções que abordam questões monetárias: p. 74–84, p. 140–46, p. 190–92.

58. *Ibid.*, p. 68-74.

59. "What Is Energy Security?", International Energy Agency (site), acesso em 9 nov. 2017, <http://www.iea.org/topics/energysecurity/subtopics/whatisenergysecurity/>.

60. Angel Saz-Carranza e Marie Vandendriessche, "Routes to Energy Security: The Geopolitics of Gas Pipelines between the EU and Its Southeastern Neighbors", in *The New Politics of Strategic Resources: Energy and Food Security Challenges in the 21st Century*, eds. David Steven, Emily O'Brien e Bruce Jones (Washington, DC: Brookings Institution Press, 2015), p. 118.

61. Blackwill e Harris, *War by Other Means*, p. 85.

62. Uma análise detalhada do setor energético mundial consta de Daniel Yergin, *The Quest: Energy, Security, and the Remaking of the Modern World* (New York: Penguin Books, 2010).

63. Blackwill e Harris, *War by Other Means*, p. 219; Kurt M. Campbell, *The Pivot: The Future of American Statecraft in Asia* (New York: Twelve, 2016), p. 270.

64. Blackwill e Harris, *War by Other Means*, p. 60.

65. *Ibid.*, p. 28.

66. *Ibid.*, p. 29. Os autores sustentam que um ataque cibernético contra a infraestrutura deve ser considerado geoeconomia, mas isso ampliaria muito a gama de possíveis instrumentos e ações, a ponto de fazer a distinção de geoeconomia perder

o sentido.

67. Ibid., p. 180.
68. Morrison, *China-U.S. Trade Issues*, p. 27–31. Há uma seção bastante esclarecedora sobre o “capitalismo estatal” chinês, que fornece detalhes sobre empresas estatais e bancos estatais.
69. Blackwill e Harris, *War by Other Means*, p. 87-91.
70. Ibid., p. 110.
71. Damien Ma, “China Digs It: How Beijing Cornered the Rare Earths Market”, *Foreign Affairs* (site), 25 Apr. 2012, acesso em 9 Nov. 2017, <https://www.foreignaffairs.com/articles/china/2012-04-25/china-digs-it>. Veja, também, Marc Humphries, “Rare Earth Elements: the Global Supply Chain” (Washington, DC: CRS, 6 Sept. 2011); Blackwill e Harris, *War by Other Means*, p. 108–9.
72. Richard Katz, “Mutual Assured Production: Why Trade Will Limit Conflict Between China and Japan”, *Foreign Affairs* 92, no. 4 (July/August 2013): p. 18–21.
73. Blackwill e Harris, *War by Other Means*, p. 95-102.
74. Ben Blanchard, “Duterte Aligns Philippines with China, Says U.S. Has Lost”, *Reuters*, 19 Oct. 2016, acesso em 9 nov. 2017, <http://www.reuters.com/article/us-china-philippines/duterte-aligns-philippines-with-china-says-u-s-has-lost-idUSKCN12K0AS>.
75. David Shambaugh, *China's Future?* (Cambridge, UK: Polity, 2016), p. 143.
76. G. John Ikenberry, “Between the Eagle and the Dragon: America, China, and Middle State Strategies in East Asia”, *Political Science Quarterly* 131, no. 1 (March 2016): p. 17.
77. Blackwill e Harris, *War by Other Means*, p. 121-25.
78. Peter Cai, “Understanding China’s Belt and Road Initiative” (Sydney: Lowy Institute for International Policy, May 2017), p. 17.
79. Blackwill e Harris, *War by Other Means*, p. 124.
80. Cai, “Understanding China’s Belt and Road Initiative”, p. 15, p. 17.
81. O site “Reconnecting Asia” (<https://reconnectingasia.csis.org/analysis/competing-visions/>), apoiado pelo CSIS, mostra visões concorrentes de planos para desenvolver infraestrutura na região. Concorrentes incluem Japão, Coreia do Sul, Rússia, Índia, ASEAN (Associação de Nações do Sudeste Asiático), Irã e Turquia. Ibid., p. 15.
82. Blackwill e Harris, *War by Other Means*, p. 177.
83. Ibid., p. 103.
84. Fu Ying, “The Korean Nuclear Issue: Past, Present, and Future—A Chinese Perspective”, Strategy Paper 3 (Washington, DC: Brookings Institution, John L. Thornton China Center, May 2017), p. 1. Os chineses consideram esse relatório como a descrição definitiva sobre a perspectiva chinesa. Todos os analistas estratégicos chineses creem que os EUA sobrestimam a influência econômica que a China exerce sobre a Coreia do Norte e subestimam a resiliência do regime de Kim. (Com base em várias discussões com o autor durante uma recente viagem de pesquisa a Beijing e Xangai.)
85. David Feith, “The North Korea Sanctions Myth”, *The Wall Street Journal*, 27 Mar. 2017, apud Edward Fishman, Peter Harrell e Elizabeth Rosenberg, “A Blueprint for New Sanctions on North Korea” (Washington, DC: CNAS, July 2017), p. 3.
86. Andrew Browne, “Trump Walks Dangerous Line with Beijing on Two Fronts”, *The Wall Street Journal*, 16 Aug. 2017.
87. Javier C. Hernández, Owen Guo e Ryan McMorrow, “South Korean Stores Feel China’s Wrath as U.S. Missile System Is Deployed”, *The New York Times* (site), 9 Mar. 2017, acesso em, 9 nov. 2017, https://www.nytimes.com/2017/03/09/world/asia/china-lotte-thaad-south-korea.html?_r=0.
88. Trefor Moss, “Korea-Goods Boycott Hits China Workers”, *The Wall Street Journal*, 24 Aug. 2017, A7.
89. “China’s Bullying Is Backfiring in South Korea’s Presidential Race”, *The Economist* (site), 29 April 2017, acesso em 9 nov. 2017, <https://www.economist.com/news/asia/21721372-their-hostility-making-front-runner-more-hawkish-chinas-bullying-backfiring-south>.
90. Jane Perlez, “U.S. Desire for North Korea Oil Cutoff Puts China in a Tight Spot”, *The New York Times* (site), 5 Sept. 2017, acesso em 9 nov. 2017, https://www.nytimes.com/2017/09/05/world/asia/north-korea-china-us-oil-fuel-exports.html?ref=todayspaper&_r=0.
91. Fishman, Harrell e Rosenberg, “A Blueprint for New Sanctions on North Korea”, p. 5.
92. Jackson, *U.S. Direct Investment Abroad*, p. 1.
93. “Economic Influence in Latin America Isn’t All About Trade”, Stratfor Worldview, 8 Sept. 2017, acesso em 9 nov. 2017, <https://worldview.stratfor.com/article/economic-influence-latin-america-isnt-all-about-trade>.
94. Andrew Hunter e John Schaus, “CSIS Review of the Committee on Foreign Investment in the United States”, A Report of the CSIC International Security Program (Washington, DC: CSIS, December 2016).
95. Kate O’Keefe, “U.S. Stymies China Deals”, *The Wall Street Journal*, 22 Jul. 2017, A1, A6.
96. Blackwill e Harris, *War by Other Means*, p. 181-84. Eles sustentam que deveria ter havido dispositivos mais fortes quanto às empresas estatais e proibições contra a manipulação cambial.
97. Ibid., p. 191.
98. Wendy Cutler, “Charting a Course for Trade and Economic Integration in the Asia-Pacific” (Washington, DC: Asia Society Policy Institute, March 2017), p. 13; um breve resumo das vantagens da Parceria Transpacífico consta de Michael R. Auslin, *The End of the Asian Century* (New Haven, CT: Yale University Press, 2017), p. 210–12.
99. “Trump Says Plans Lots of Bilateral Trade Deals with Quick Termination Clauses”, *Reuters*, 26 Jan. 2017, acesso em 19 dez. 2017, <https://www.reuters.com/article/us-usa-trump-trade/trump-says-plans-lots-of-bilateral-trade-deals-with-quick-termination-clauses-idUSKBN15A2MP>.
100. Zarate, *Treasury’s War*, p. 385.
101. Rosenberg et al., *New Tools of Economic Warfare*, p. 10.
102. Fishman, Harrell e Rosenberg, “A Blueprint for New Sanctions on North Korea”, p. 1.
103. Quanto ao Irã, veja *ibid.*, 8; quanto à Rússia, veja “Sanctions on Russia: The Punishment Continues”, *The Economist*, 5 Aug. 2017, p. 37–38; Peter E. Harrell et al., *The Future of Transatlantic Sanctions on Russia* (Washington, DC: CNAS, June 2017).
104. Fishman, Harrell e Rosenberg, “A Blueprint for New Sanctions on North Korea”, p. 3, p. 8.
105. Rosenberg et al., *New Tools of Economic Warfare*, p. 34–35.
106. Blackwill e Harris, *War by Other Means*, p. 143.
107. Barry Eichengreen, *Exorbitant Privilege: The Rise and*

Fall of the Dollar and the Future of the International Monetary System (New York: Oxford University Press, 2011).

108. "The World Economy: The Sticky Superpower", *The Economist* (site), 3 Oct. 2015, acesso em 9 nov. 2017, <https://www.economist.com/econ2015>. Este é um excelente relatório especial com 14 páginas sobre o papel do dólar na economia mundial.

109. Eswar Prasad, "A Middle Ground: The Renminbi is Rising, But Will Not Rule", *Finance & Development*, March 2017, p. 30–31.

110. Eswar Prasad, *Gaining Currency: The Rise of the Renminbi* (New York: Oxford University Press, 2017), p. 245.

111. U.S. Treasury Department, Major Foreign Holders of Treasury Securities (site), 17 Oct. 2017, acesso em 9 nov. 2017, <http://ticdata.treasury.gov/Publish/mfh.txt>.

112. Blackwill e Harris, *War by Other Means*, p. 144.

113. Ian Bremmer e David Gordon, "Where Commerce and Politics Collide", *The New York Times* (site), 7 Oct. 2012, acesso em 9 nov. 2017, <http://www.nytimes.com/2012/10/08/opinion/08iht-edbremmer08.html>.

114. Zarate, *Treasury's War*, p. 384.

115. Blackwill e Harris, *War by Other Means*, p. 256-57.

116. Ibid., p. 25.

117. Ibid., p. 186.

118. G. John Ikenberry, *Liberal Leviathan: The Origins, Crisis, and Transformation of the American World Order* (Princeton,

NJ: Princeton University Press, 2011), p. 61–65. Veja, também, Robert Kagan, *The World America Made* (New York: Alfred A. Knopf, 2012).

119. Gilpin, *Global Political Economy*, p. 314–15. Thomas Friedman, em *The Lexus and the Olive Tree*, referiu-se ao Consenso de Washington como a "camisa de força de ouro" que as nações vestem voluntariamente para terem sucesso na economia global (p. 101–11).

120. Blackwill e Harris, *War by Other Means*, p. 7; Gilpin, *Global Political Economy*, p. 315.

121. Blackwill e Harris, *War by Other Means*, p. 14, p. 187.

122. Ibid., p. 14, p. 184.

123. Ibid., p. 15.

124. Ibid., p. 184.

125. G. John Ikenberry, "The Illusion of Geopolitics: The Enduring Power of the Liberal Order", *Foreign Affairs* 93, no. 3 (May/June 2014): p. 88.

126. Ibid., p. 90.

127. Cordell Hull, *The Memoirs of Cordell Hull* (New York: Macmillan, 1948), p. 84, apud Eduardo Porter, "Trump and Trade: Extreme Tactics in Search of a Point", *The New York Times* (site), 31 Jan. 2017, acesso em 9 nov. 2017, <https://www.nytimes.com/2017/01/31/business/economy/trump-and-trade-extreme-tactics-in-search-of-a-point.html>.

128. Blackwill e Harris, *War by Other Means*, p. 221, p. 226.